

Setor produtivo quer acirrar discussão sobre conflitos agrários junto à opinião pública

O setor produtivo do agronegócio decidiu acirrar a discussão junto à opinião pública sobre os conflitos agrários decorrentes de invasões de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a desapropriação arbitrária de terras para quilombolas e terras indígenas. Empresários e pequenos produtores prejudicados avaliaram o atual quadro fundiário do País no Fórum Agrário Empresarial, realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf).

O vice-presidente da Farsul, Gedeão Pereira, e o assessor de Assuntos Jurídicos Nestor Hein participaram do fórum. “A população e os produtores precisam se conscientizar do perigo que ronda o agronegócio brasileiro, com as artimanhas que o governo federal vem utilizando para fazer reforma agrária, como desapropriação de áreas para quilombolas e indígenas”, ponderou Gedeão. O presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da CNA, Leôncio Brito, disse que todos precisam saber que o custo com a reforma agrária é altíssimo e, ainda assim, o MST continua invadindo arbitrariamente propriedades rurais produtivas e áreas urbanas.



Custo da reforma agrária para o país é alto, cerca de R\$ 67 mil por família ao ano, segundo dados do Incra

Segundo estudo da CNA, enquanto são destinados 68,6 milhões de hectares à reforma agrária, 105,6 milhões de hectares para terras indígenas e propostos até 21 milhões de hectares para quilombolas, as lavouras anuais e permanentes ocupam, respectivamente, 47 milhões e 15 milhões de hectares. “A partir da avaliação construída neste fórum, iremos aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para fazer com que a política fundiária seja executada dentro da legalidade e dos limites constitucionais”, explicou Brito.

O custo atual, segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (Incra), é de R\$ 67 mil por família. O repasse de recursos federais ao MST cresceu 315%, no atual governo, em relação à gestão

anterior, conforme dados da organização não-governamental Contas Abertas. Mesmo assim, segundo o Incra, mais de mil imóveis rurais foram invadidos, com saldo de destruição de plantações, de áreas de reserva legal ou de preservação permanente, maquinários, casas e morte de animais. “Até quando ficaremos assim? Até quando o governo vai financiar isto?”, indagou o representante da CNA.

Em contrapartida aos prejuízos causados pelo MST, o 1º vice-presidente da CNA, Fábio de Salles Meirelles, lembrou a importância da participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, de 27% em 2006, e dos 37% de empregos gerados pelo setor produtivo. Segundo o dirigente, os números da destruição

provocada pelos conflitos precisam ser comparados aos números do agronegócio. “A cadeia produtiva do agronegócio está sob ameaça, desde a agricultura familiar até o lado empresarial da produção e, se aqueles que produzem não têm tranquilidade, também corre riscos o abastecimento para quase 200 milhões de brasileiros e os benefícios que a economia agropecuária gera para o Brasil, como o saldo positivo para a balança comercial”, disse Meirelles.

Ao falar sobre o MST e a democracia, o filósofo e professor Denis Lerrer Rosenfield afirmou que é imprescindível defender a propriedade privada e o agronegócio frente à ação do MST. “A principal ameaçada neste contexto é a democracia e, numa sociedade

onde os direitos de propriedade não são respeitados, também não se respeita a liberdade”, argumentou.

Invasões

As 200 famílias de integrantes do MST que voltaram a invadir a Estância da Palma, em Pedro Osório, no final de abril, devem permanecer no local por tempo indeterminado. O acampamento teria sido montado do lado de fora da fazenda e os integrantes utilizam a horta da propriedade, onde plantam hortaliças para garantir o sustento das famílias. Dentro de alguns dias, também devem chegar ao local vacas para ordenha. Em torno de 350 pessoas estão na área, sendo 70 crianças. O juiz de Pedro Osório, Marcelo Cabral, informou que determinou à Brigada Militar que monitore o local para evitar novas invasões.

Seapa multa criadores que não vacinaram contra febre aftosa

A Inspeção Veterinária e Zootécnica (IVZ) de Santa Maria, na região Central do Estado, contabilizou um total de 33 multas (1,4% do total) aplicadas a criadores do município que não vacinaram contra a febre aftosa durante a campanha de janeiro de 2007. Esses produtores tinham até um mês após o final da vacinação para apresentar o comprovante de aquisição das vacinas, o que não foi feito. A multa é calculada em 2% do valor dos animais não vacinados.

Para a supervisora regional do Departamento de Produção Animal (DPA), Naira Fernan-

des, as 33 multas aplicadas em um universo de 2.357 criadores cadastrados em Santa Maria, deve-se a um aumento na fiscalização e à cobrança realizadas pelos técnicos da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (Seapa) no município. Segundo Naira, a aplicação das multas incentivará ainda mais os produtores a realizarem as vacinações e entregarem os comprovantes dentro do prazo estipulado.

A próxima etapa de vacinação do rebanho bovino é no mês de junho, quando todos os animais de até 24 meses de idade devem ser imunizados. A res-

ponsabilidade da vacinação dos animais é do proprietário ou produtor rural. A previsão é de imunizar 3,5 milhões de animais. O Estado deve disponibilizar 1 mi-

lhão de vacinas aos pequenos produtores. A Seapa fiscalizará essa vacinação com técnicos do DPA. Mais informações sobre a vacinação dos animais podem

ser obtidas nas unidades locais (Inspeção Veterinária e Zootécnica) do DPA nos municípios ou ligue para 0800-611995, com o Ministério da Agricultura.

SABE O QUE A FARSUL ANDA FAZENDO?

Se você não sabe que a Farsul está diariamente tratando dos interesses do produtor e da propriedade, está mal informado sobre as ações da sua Federação.

Para saber mais, ligue para o Plantão Farsul em Notícias

0800 51 2040

Ligação gratuita para telefones convencionais.

Todos os dias tem notícias da Farsul

